CADERNOS MACAMBIRA

*ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n.3, 2026. https://doi.org/10.59033/cm.v11i3.2246.*
*Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA)*

**RESUMO EXPANDIDO / EXTENDED ABSTRACT**
Área temática: Educação Especial e Inclusiva

# INTERVENÇÕES PRECOCES NO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

## EARLY INTERVENTIONS IN AUTISM SPECTRUM: CHALLENGES AND POSSIBILITIES IN THE CONTEXT OF MUNICIPAL PUBLIC POLICIES

**Maria Eduarda Cardoso dos Reis[1]*, Jaqueline de Miranda Lopes[2], Edimeia Machado Farias[3], Valquíria Araújo Filgueira[4], Jéssica Matos Cardoso[5]**

[1]Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU de Barreiras/BA. * Autora para correspondência: dudaoestuda@gmail.com.
[2]Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU de Barreiras/BA.
[3]Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU de Barreiras/BA.
[4]Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU de Barreiras/BA.
[5]Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

**Recebido**: 22/03/2026 - **Revisado**: 09/06/2026 - **Aceito**: 27/06/2026 - **Publicado**: 30/07/2026

**RESUMO:** A intervenção precoce no Transtorno do Espectro Autista (TEA) é essencial para um bom prognóstico durante a primeira infância, mas enfrenta desafios estruturais e sociais que dificultam sua implementação. Este artigo apresenta uma pesquisa de campo que buscou analisar as percepções de familiares e profissionais da saúde sobre as intervenções precoces no TEA, considerando os desafios e possibilidades no contexto das políticas públicas municipais. O estudo teve como objetivo compreender como o conhecimento, a formação profissional e o acesso aos serviços municipais de Barreiras/BA influenciam a implementação e os resultados das intervenções. A pesquisa foi conduzida por meio de um questionário misto, com questões abertas e fechadas, e análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos. Os resultados evidenciaram que, embora exista o reconhecimento da importância da intervenção precoce, há dificuldades relacionadas à falta de capacitação dos profissionais, limitações na rede pública e insuficiência de políticas eficazes e específicas. Conclui-se que a ampliação do acesso, a formação continuada e o fortalecimento das políticas públicas são fundamentais para garantir práticas mais equitativas eficazes de atenção ao TEA.

**Palavras-chave**: Transtorno do Espectro Autista. Psicologia. Estimulação precoce. Políticas Sociais.

**ABSTRACT**: Early intervention in Autism Spectrum Disorder (ASD) is essential for a good prognosis during early childhood, but faces structural and social challenges that hinder its implementation. This article presents a field study that analyzes the perceptions of family members and health professionals about early interventions in ASD, considering the challenges and possibilities in the context of municipal public policies. The study aimed to understand how knowledge, professional training, and access to municipal services in Barreiras/BA influence the implementation and results of interventions. The research was conducted using a mixed questionnaire with open and closed questions and qualitative analysis of the data obtained. The results showed that, although there is a recognition of the importance of early intervention, there are difficulties related to the lack of training

Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International

professionals, limitations in the public network, and insufficient effective and specific policies. It is concluded that expanding access, continuing education and strengthening public policies are fundamental to ensuring more equitable and effective practices for ASD care.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Psychology. Early intervention. Social policies.

## INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM–5), as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são caracterizadas por apresentarem dificuldades persistentes na comunicação e na interação social, bem como padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades (Associação Psiquiátrica Americana (APA), 2014). Nesse contexto, a intervenção precoce tem sido amplamente reconhecida pela literatura como uma estratégia de grande eficácia para o desenvolvimento de habilidades globais, sociais e cognitivas, favorecendo um melhor prognóstico durante a primeira infância.

Estudos nacionais e internacionais apontam que quanto mais cedo se inicia o processo terapêutico, maiores são os ganhos nas áreas de linguagem, cognição e comportamento adaptativo, justamente por coincidir com o período de maior plasticidade cerebral (Rogers; Dawson, 2014; Schmidt; Bosa, 2020a). A intervenção precoce, quando conduzida por equipes multiprofissionais e integrada à família, pode reduzir significativamente os prejuízos do desenvolvimento e ampliar o potencial de aprendizagem da criança (Silva *et al*., 2022). Modelos como o *Denver Early Start Model* (ESDM) e a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) têm demonstrado resultados consistentes ao promover avanços no engajamento social e na autonomia infantil, consolidando-se como práticas baseadas em evidências no campo do autismo.

No Brasil, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) estabelece que o diagnóstico e o início das intervenções devem ocorrer o mais cedo possível (BRASIL, 2012). No entanto, embora a intervenção precoce seja apontada como a alternativa mais efetiva, ela ainda se mostra inacessível a muitas famílias,



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

sobretudo devido aos altos custos e à escassez de profissionais capacitados na rede pública. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2022), as barreiras econômicas e estruturais permanecem como os principais fatores que limitam o acesso aos serviços especializados, especialmente em municípios de médio porte e regiões com menor investimento em políticas inclusivas.

Além dos desafios financeiros, o autismo exerce impacto direto no bem-estar psicológico e emocional dos familiares, podendo gerar sobrecarga e interferir na vida profissional daqueles mais envolvidos com o cuidado da pessoa autista (Paulino, 2024). A literatura evidencia que o diagnóstico do TEA exige adaptações intensas na rotina e no convívio social da família, provocando sentimentos de ansiedade, culpa e impotência diante das dificuldades de acesso a suporte adequado (Bosa; Callias, 2019).

Diversos estudos apontam que ter uma criança autista no núcleo familiar pode ocasionar restrições à vida social e profissional, especialmente entre os cuidadores principais, que muitas vezes precisam se afastar temporária ou definitivamente do mercado de trabalho (Paulino, 2024). Essa realidade é agravada pelas desigualdades regionais e socioeconômicas, refletidas na ausência de políticas públicas robustas e no baixo investimento em serviços de atenção precoce. Assim, torna-se evidente a necessidade de políticas públicas efetivas, voltadas à criação de serviços especializados, programas de capacitação profissional e apoio institucional às famílias, de modo a garantir a inclusão e o desenvolvimento pleno de pessoas com TEA.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar as percepções de familiares e profissionais de saúde sobre as intervenções precoces no TEA no município de Barreiras/BA, investigando como o acesso, a eficácia e os desafios dessas práticas se relacionam às condições estruturais e à implementação de políticas públicas municipais voltadas ao acolhimento e à inclusão de pessoas com autismo na comunidade.

## METODOLOGIA



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de natureza mista e campo, além de ser fundamentada em concomitância em referências bibliográficas que embasaram a análise e interpretação dos dados obtidos. O estudo buscou compreender as percepções de familiares e profissionais da saúde sobre as intervenções precoces no Transtorno do Espectro Autista (TEA), bem como identificar os principais desafios e possibilidades no contexto das políticas públicas municipais de Barreiras/BA.

A população do estudo foi composta por familiares e profissionais que atuam diretamente com crianças com TEA no município. A amostra final foi composta por 68 participantes, selecionados por conveniência, que responderam voluntariamente o questionário de pesquisa.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online, elaborado pelas pesquisadoras, contendo questões abertas e fechadas. As questões objetivas foram analisadas de forma quantitativa, com base em frequências e porcentagens, enquanto as respostas abertas foram tratadas segundo a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), buscando identificar categorias temáticas recorrentes nas falas dos participantes.

Os aspectos éticos foram integralmente respeitados, com a obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de todos os participantes, assegurando anonimato, confidencialidade dos dados e a ausência de qualquer forma de constrangimento. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução n° 466/2012 do Conselho Nacional da Saúde e aprovado sob CAEE número 94023025.4.0000.8060.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

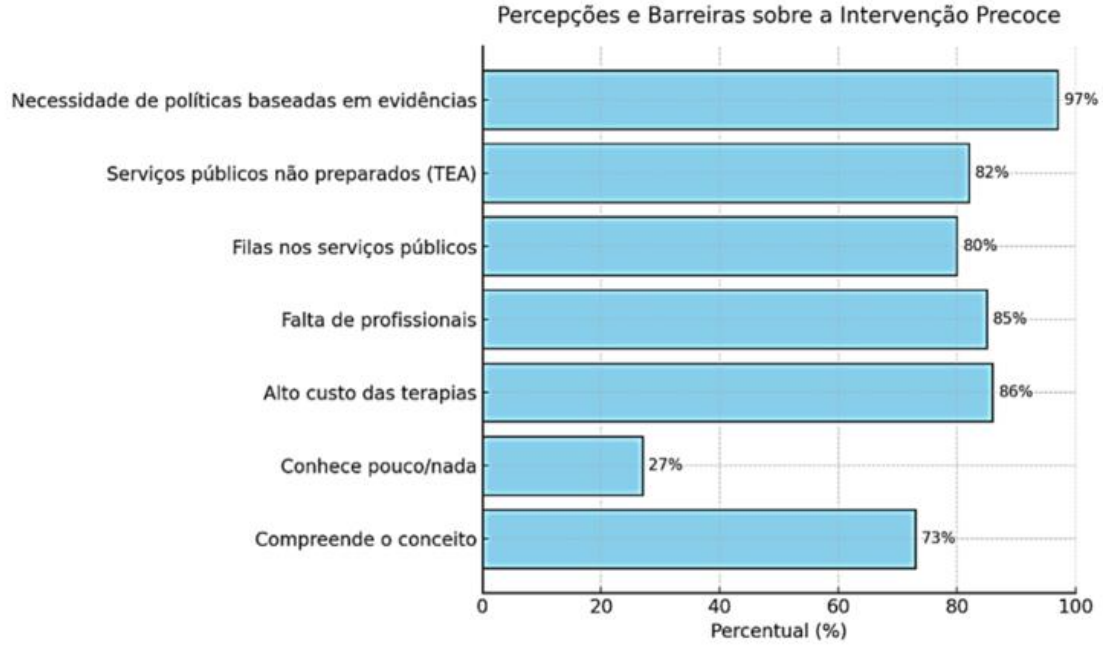
A intervenção precoce é reconhecida como uma estratégia essencial para o desenvolvimento integral da criança, sobretudo na primeira infância, uma fase em que o cérebro apresenta maior plasticidade e capacidade de adaptação. Sua finalidade é identificar e atuar precocemente sobre dificuldades ou atrasos no desenvolvimento, promovendo inclusão, autonomia e qualidade de vida.



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

Na análise dos dados (Figura 1), demonstrou-se que os participantes possuíam percepções variadas sobre o processo de intervenção precoce, especialmente nos quesitos de acesso, compreensão e continuidade dos atendimentos. A pesquisa evidenciou que, embora o tema seja amplamente reconhecido como importante, ainda existem dúvidas sobre o que caracteriza uma intervenção baseada em evidências e sobre como iniciar e dar continuidade a esse processo de maneira adequada. Essa heterogeneidade indica a importância e necessidade de uma maior clareza quanto à disseminação de informações nos espaços de cuidado e orientação.

**Figura 1**. Gráfico das percepções sobre a intervenção precoce.




**Fonte**: Autores.

Além disso, os dados qualitativos demonstram a vivência cotidiana das famílias no enfrentamento do TEA. Nesse meio familiar, relatos mencionam desafios emocionais, dificuldade de articulação entre serviços e a percepção de que o acompanhamento não ocorre de forma integrada. Tais elementos permitem compreender, de forma mais ampla, a realidade do contexto vivido pelos participantes.

Nessa perspectiva, Vygotsky (2003) destaca que o desenvolvimento humano é um processo socialmente construído, resultante das interações entre



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

o indivíduo e o meio, o que reforça a importância de ações intersetoriais que promovam contextos favorecedores de aprendizagem e desenvolvimento.

Os resultados demonstram que, embora exista consciência sobre a importância da intervenção precoce, persistem desafios significativos relacionados à formação de profissionais, ao acesso a serviços de qualidade e à estrutura das políticas públicas. A ausência de estratégias integradas e a precariedade da rede de apoio dificultam a consolidação de práticas efetivas e equitativas.

De acordo com Bronfenbrenner (1996), o desenvolvimento humano ocorre por meio de interações contínuas entre o indivíduo e os contextos que o cercam. Assim, investir em políticas intersetoriais, em programas de capacitação e no fortalecimento das redes de apoio é condição indispensável para que a intervenção precoce cumpra, de fato, seu papel transformador.

***Escassez de Informação Parental***

A família representa o primeiro e mais importante núcleo de socialização da criança, sendo o espaço em que se estruturam as bases emocionais, cognitivas e afetivas do desenvolvimento. Por isso, a participação ativa dos pais e cuidadores no processo terapêutico é essencial para o sucesso das intervenções precoces voltadas às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os resultados da pesquisa indicaram que 60% dos participantes identificaram a falta de informação e orientação parental como uma das principais barreiras ao acesso e à continuidade das intervenções precoces. Essa carência de conhecimento técnico e emocional sobre o autismo e suas formas de manejo reforça a vulnerabilidade das famílias, que frequentemente relatam insegurança e sobrecarga diante das demandas cotidianas.

Além disso, muitos familiares apontaram que a ausência de programas estruturados de orientação dificulta a continuidade das estratégias terapêuticas no ambiente doméstico e compromete o vínculo colaborativo entre pais e profissionais. Essa lacuna é agravada pela escassez de espaços de escuta e



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

apoio emocional, tanto no sistema público quanto no privado, o que amplia o sentimento de isolamento e a dificuldade de compreensão sobre o papel da família no processo de desenvolvimento da criança.

De acordo com Santos, Carvalho e Sena (2022), a orientação parental é uma ferramenta essencial para promover o aprendizado coletivo, o apoio mútuo e o fortalecimento do vínculo entre cuidadores e profissionais, contribuindo para a redução do estigma e o aumento do autoconhecimento familiar. Contudo, os profissionais ainda enfrentam desafios significativos para realizar esse trabalho de forma contínua, o que demonstra a necessidade de políticas públicas que priorizem ações psicoeducativas e formações específicas voltadas à família e à comunidade.

Dessa forma, torna-se evidente que o fortalecimento da orientação parental não é apenas um complemento terapêutico, mas um eixo central na efetividade das intervenções precoces, devendo ser incorporado como parte integrante das políticas públicas e dos serviços municipais voltados às pessoas com TEA.

## ***Custos e Barreiras Financeiras***

Embora a intervenção precoce seja reconhecida como essencial para o desenvolvimento cognitivo, social e comunicativo de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o alto custo das terapias continua sendo um dos maiores obstáculos enfrentados pelas famílias. Os resultados desta pesquisa confirmam essa realidade: 86% dos participantes apontaram o custo financeiro como a principal barreira para o acesso e a manutenção dos atendimentos.

As intervenções no TEA exigem a colaboração de diferentes profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicopedagogos, e a combinação dessas especialidades eleva o valor total do tratamento. Estudos indicam que o custo anual pode variar entre R$15.000 e R$50.000, valores que ultrapassam a renda média da maioria das famílias brasileiras (ABRA, 2021; Schmidt; Bosa, 2020b). Essa disparidade econômica reflete a falta de políticas



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

públicas efetivas que garantam a equidade no acesso aos serviços especializados.

Ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS) ofereça atendimentos gratuitos, as longas filas de espera, a escassez de profissionais e o número limitado de sessões tornam o tratamento contínuo um desafio. Além dos custos diretos, as famílias enfrentam custos indiretos significativos, como o afastamento de pais e cuidadores do trabalho, despesas com transporte e aquisição de materiais adaptados (Schmidt; Bosa, 2020b). Esses fatores ampliam o peso financeiro e emocional sobre as famílias, comprometendo tanto o bem-estar coletivo quanto a adesão ao tratamento.

Dawson *et al*. (2019) reforçam que o início precoce das intervenções é determinante para melhores resultados no desenvolvimento, e quando os custos impedem o início ou a continuidade do tratamento, as desigualdades sociais se aprofundam, configurando uma questão ética e de direitos humanos (ABRA, 2021; OMS, 2022a). Assim, o investimento público, a ampliação do financiamento e a criação de programas de suporte familiar são medidas fundamentais para garantir que o cuidado seja acessível, integral e humanizado.

A superação das barreiras financeiras não apenas promove igualdade no acesso às terapias, mas também contribui para o desenvolvimento pleno e a inclusão social das crianças com TEA, reafirmando a importância de políticas públicas que priorizem a equidade e a justiça social no campo da saúde mental.

## ***Formação e Capacitação Profissional***

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que envolve desafios na comunicação, nas interações sociais e na adaptação ao ambiente, exigindo sensibilidade, preparo técnico e empatia por parte dos profissionais que acompanham essas pessoas (Dawson *et al*., 2019). O aumento expressivo dos diagnósticos nas últimas décadas evidencia a necessidade urgente de capacitação contínua das equipes de saúde, educação e assistência social, garantindo atendimentos eficazes, éticos e humanizados (ABRA, 2021).



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

A formação profissional voltada ao TEA deve contemplar conteúdos teóricos e práticos sobre comunicação, comportamento, inclusão e metodologias de intervenção baseadas em evidências científicas, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM) (Schmidt; Bosa, 2020a). No entanto, os dados desta pesquisa revelaram que 64% dos participantes apontaram a falta de capacitação profissional como uma das maiores dificuldades no atendimento às pessoas com TEA, e 58% indicaram a ausência de formação específica sobre autismo nas graduações. Esses resultados reforçam o cenário descrito pela literatura, em que a carência de formação adequada impacta diretamente a qualidade dos atendimentos e o desenvolvimento global das crianças autistas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022a) enfatiza que a capacitação adequada dos profissionais é um fator determinante para o êxito das intervenções, pois promove práticas embasadas na escuta ativa, na empatia e no respeito às singularidades. Em contrapartida, a ausência de formação continuada pode resultar em abordagens inadequadas, reforçando estigmas e dificultando a inclusão escolar e social. No contexto brasileiro, a Associação Brasileira de Autismo (ABRA, 2021) destaca a urgência de programas estruturados de formação continuada, especialmente voltados a profissionais da rede pública de saúde e educação, que estão na linha de frente do cuidado e do acompanhamento de crianças com TEA.

Para além da dimensão técnica, a capacitação deve incluir aspectos éticos e humanizadores, promovendo uma atuação interdisciplinar entre psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, pedagogos e médicos, de modo a favorecer o desenvolvimento integral e a autonomia da pessoa com TEA (Schmidt; Bosa, 2020a). A formação deve preparar os profissionais não apenas para o manejo clínico e pedagógico, mas também para compreender as necessidades emocionais e sociais das famílias, fortalecendo o vínculo entre profissionais e cuidadores.

Nessa perspectiva, é relevante destacar que 74% dos respondentes desta pesquisa são familiares ou cuidadores de crianças com TEA, enquanto apenas



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

26% são profissionais da saúde que atuam diretamente com essa população. Diante disso, nota-se uma discrepância na participação que sugere um possível indicativo da escassez de profissionais capacitados e disponíveis na cidade de Barreiras/BA, o que reflete uma realidade em que as famílias assumem papel central na busca por informações e estratégias de cuidado. Tal cenário reforça a necessidade de ampliar a formação continuada e oferta de serviços especializados, uma vez que a baixa representatividade de profissionais pode sinalizar fragilidades estruturais nos sistemas de saúde, educação e assistência social.

Assim, investir na formação profissional não se resume a uma exigência técnica, mas reflete um compromisso social com a equidade e os direitos humanos. Os resultados desta pesquisa, aliados às evidências científicas, demonstram que fortalecer políticas públicas voltadas à capacitação profissional é essencial para o avanço da atenção integral e da inclusão social no Brasil. O investimento em conhecimento, empatia e preparo técnico constitui o caminho mais eficaz para construir uma rede de cuidado que acolha, compreenda e valorize o potencial das crianças com Transtorno do Espectro Autista (Dawson *et al*., 2019; ABRA, 2021; OMS, 2022b).

## ***Importância das Políticas Públicas***

A efetividade das intervenções precoces para o Transtorno do Espectro Autista (TEA) depende não apenas do conhecimento técnico dos profissionais, mas também da estruturação de políticas públicas que assegurem o acesso equitativo a serviços especializados. A literatura destaca que a ausência de políticas consolidadas e de estratégias de gestão articuladas constitui um dos maiores entraves para a implementação de programas de intervenção no Brasil.

Os dados obtidos nesta pesquisa evidenciam essa realidade em que 72% dos participantes afirmaram que o município de Barreiras não possui políticas públicas suficientes voltadas ao atendimento de pessoas com TEA, o que reflete um cenário de fragilidade institucional e de carência de recursos humanos e financeiros. A escassez de centros especializados e de profissionais



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

capacitados, somada à falta de acompanhamento sistemático das famílias, compromete a continuidade e a qualidade das intervenções precoces.

O fortalecimento das políticas públicas é essencial para garantir o diagnóstico precoce, a formação profissional e a oferta de serviços intersetoriais que articulem saúde, educação e assistência social. Essa articulação é fundamental para a criação de uma rede de apoio que favoreça a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças com TEA.

Corroborando essa perspectiva, Oliveira, Martins e Fachin (2024), reforçam que a intervenção precoce deve ser entendida como uma responsabilidade pública e coletiva, pois seus resultados positivos dependem de ações contínuas de investimento, planejamento e capacitação. Os autores destacam que políticas públicas consistentes têm papel decisivo na redução das desigualdades regionais, permitindo que o acesso ao diagnóstico e ao tratamento não seja limitado à condição socioeconômica das famílias.

Dessa forma, os resultados desta pesquisa apontam para a urgência de ações governamentais que ampliem os serviços especializados e garantam a capacitação permanente dos profissionais, assegurando que as intervenções precoces sejam acessíveis, de qualidade e sustentáveis a longo prazo. Investir em políticas públicas integradas significa não apenas promover o desenvolvimento infantil, mas também fortalecer o vínculo entre Estado, profissionais e famílias, consolidando um modelo de cuidado mais justo, acessível e humanizado.

## ***Impacto da Intervenção Precoce***

A intervenção precoce é um conjunto de ações planejadas e aplicadas nos primeiros anos de vida da criança, com o objetivo de estimular o desenvolvimento global e reduzir os impactos das dificuldades associadas ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse período, o cérebro apresenta maior plasticidade neural, o que torna a aprendizagem mais efetiva e as respostas ao tratamento mais consistentes (Oliveira; Martins; Fachin, 2024).



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

Os resultados desta pesquisa evidenciam um reconhecimento significativo sobre o papel das intervenções precoces, já que 92% dos participantes consideraram esse tipo de intervenção essencial para o progresso da criança com TEA, especialmente nos aspectos comunicativo, social e comportamental. Essa percepção está alinhada à literatura, que indica que quanto mais cedo se inicia o processo terapêutico, maiores são os ganhos adaptativos, de autonomia e de linguagem, favorecendo o desenvolvimento integral da criança.

Entre as abordagens mais estudadas e utilizadas, destacam-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM), que se baseiam em princípios científicos do aprendizado e da motivação natural da criança. Tais métodos demonstram resultados expressivos na melhora da comunicação, na aquisição de habilidades sociais e na redução de comportamentos desadaptativos, justamente por se apoiarem em práticas individualizadas e integradas ao contexto familiar e escolar (Rogers; Dawson, 2015).

Além dos avanços nas habilidades cognitivas e sociais, as intervenções precoces favorecem a inclusão e a adaptação da criança ao ambiente escolar, ampliando suas possibilidades de convivência e aprendizado. Os dados também mostram que os familiares percebem mudanças positivas no comportamento e na interação social das crianças após o início das terapias, o que reforça o impacto direto da estimulação precoce na qualidade de vida de toda a família.

Dessa forma, as intervenções precoces não devem ser vistas apenas como uma etapa terapêutica, mas como um investimento essencial na primeira infância, capaz de promover o desenvolvimento humano, reduzir desigualdades e fortalecer o vínculo entre família, profissionais e sociedade. O impacto positivo observado tanto na literatura quanto nesta pesquisa reforça que o início precoce das terapias é decisivo para um prognóstico mais favorável, sustentando a necessidade de sua ampla valorização e continuidade.

## CONCLUSÃO



*Cadernos Macambira - ISSN 2525-6580, Serrinha, Bahia - v.11, n. 3, p. e011032246, 2026.*
*https://doi.org/10.59033/cm.v11n3.2246 - Anais do Seminário Nacional de Inclusão na Perspectiva da Acessibilidade (SENIA).*

A presente pesquisa evidenciou que a intervenção precoce é majoritariamente reconhecida como fundamental para o desenvolvimento e inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Contudo, esse processo ainda enfrenta limitações significativas, relacionadas ao custo elevado das terapias, à falta de capacitação continuada de professores e monitores e profissionais da saúde, e à burocracia para marcação de consultas e acompanhamento terapêutico.

Tais resultados reforçam a necessidade de fortalecimento das iniciativas municipais voltadas ao cuidado infantil, com atenção especial ao acolhimento das famílias, à estruturação dos serviços e ao aprimoramento da atuação profissional. Investimentos em organização, coordenação e ampliação dos atendimentos podem contribuir para tornar o cuidado mais acessível, integrado e humanizado, favorecendo a construção de um percurso terapêutico mais consistente para as crianças e seus cuidadores.

Como contribuição social e científica, este estudo reforça a importância de políticas públicas baseadas em evidências, sustentadas por programas de intervenção precoce efetivos e integrados. Além disso, destaca-se a necessidade de novas pesquisas que aprofundem a análise sobre a formulação, execução e impacto das políticas públicas voltadas ao TEA, de modo a compreender seus efeitos na prática e orientar melhorias estruturais. Assim, o presente estudo não apenas evidencia a relevância das intervenções precoces, mas também sugere o desenvolvimento de investigações futuras que ampliem o entendimento sobre o papel do Estado, dos profissionais e das famílias no fortalecimento de ações voltadas à primeira infância e ao desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5.** 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTISMO (ABRA). **Manual de orientação para famílias e profissionais sobre o Transtorno do Espectro Autista.** São Paulo: ABRA, 2021.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. [s.l.] Edições 70, 2016.

BOSA, C. A.; CALLIAS, M. I. D. **Autismo**: intervenções e práticas baseadas em evidências. Porto Alegre: Artmed, 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 16 out. 2025.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DAWSON, G.; ROGERS, S.; MUNSON, J.; SMITH, M.; WINTER, J.; GREENSON, J.; DONALDSON, A.; VARLEY, J.. Randomized, controlled trial of an intervention for toddlers with autism: The Early Start Denver Model. **Pediatrics**, v. 125, n. 1, p. e17–e23, [s.1.], 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19948568/. Acesso em: 11 out. 2025.

OLIVEIRA, A. B. C. M.; MARTINS, B. M.; FACHIN, L. Impacto da intervenção precoce no desenvolvimento de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão de escopo. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 7, n. 5, p. e73671–e73671,[s.1.], 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/73671. Acesso em: 15 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Autism spectrum disorders: health topics.** Geneva: World Health Organization, 2022a. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders. Acesso em: 14 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report on disability and health**: autism spectrum disorders. Geneva: World Health Organization, 2022b. Disponível em: https://www.who.int/. Acesso em: 14 out. 2025.

PAULINO, B. C. A dinâmica familiar no cuidado de crianças com autismo: impactos e adaptações. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação em Pedagogia EaD) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Nova Cruz, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/items/afc87271-3b34-4bb3-b91c-9f22684b1d20. Acesso em: 16 out. 2025.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. **Modelo Denver de intervenção precoce para crianças com autismo: promovendo a linguagem, a aprendizagem e o engajamento**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

SANTOS, R. L.; DE CARVALHO P., M; DE SENA, M. E. Orientação parental on-line: desafios da articulação teoria e prática. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 2, p. 143–156, [s.1.], 2022. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702022000200010. Acesso em: 12 out. 2025.

SCHMIDT, C.; BOSA, C. A. Intervenção precoce no autismo: práticas baseadas em evidências e desafios para o contexto brasileiro. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 36, n. e3646, p. 1–12, [s.1], 2020a. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/3990/7452. Acesso em: 10 out. 2025.

SCHMIDT, R.; BOSA, C. A. Economic burden of autism spectrum disorder in low- and middle-income countries: implications for public policy. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, v. 50, n. 5, p. 1572–1584, [s.1], 2020b. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24515505/. Acesso em: 09 out. 2025.

SILVA, R. de S. *et al*. Efetividade das intervenções precoces no Transtorno do Espectro Autista: revisão sistemática da literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 804–818, [s.1], 2022. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/download/4085/4251/9241. Acesso em: 16 out. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.